

RECURSO ESPECIAL Nº 1.800.057 - DF (2019/0059558-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : FERNANDO FREITAS MACIEL
ADVOGADO : SAMYLLE GONCALVES DE MIRANDA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF042032
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. CRIME DE FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. HABITUALIDADE DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FERNANDO FREITAS MACIEL**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 344-345):

"PENAL. FURTO SIMPLES. MATERIALIDADE E AUTORIA PRESENTES. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. REITERAÇÃO CRIMINOSA E BENS SUBTRAÍDOS AVALIADOS EM VALOR SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO À ÉPOCA DOS FATOS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA MODALIDADE TENTADA AFASTADA. CONSUMAÇÃO. INVERSÃO DA POSSE DEPOIS DE CESSADA A CLANDESTINIDADE. REVISÃO DA DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DOS ANTECEDENTES DECOTADA. TRANSCURSO DO PERÍODO DEPURADOR. COMPENSAÇÃO INTEGRAL DA CONFISSÃO COM A MULTIREINCIDÊNCIA. INCABÍVEL. RECURSO DEFENSIVO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Provadas a materialidade e a autoria, a manutenção da condenação é medida que se impõe.

2. Não se aplica o princípio da bagatela quando o valor da res furtiva ultrapassa o montante de 10% (dez por cento) do valor do salário mínimo vigente à época dos fatos. - 3. No caso de réu multireincidente, não se pode qualificar como mínima a ofensividade de sua conduta, sendo alto o grau de sua reprovabilidade, pois não se trata o novo crime de conduta isolada, mas de reiterada prática delituosa, o que impede o reconhecimento da insignificância penal.

4. O crime de furto se consuma, depois de cessada a clandestinidade, com a simples inversão da posse de fato do bem, não se exigindo seja ela mansa e pacífica, conforme entendimento jurisprudencial amplamente majoritário que acolhe a teoria da apprehensio ou amotio. [STJ - recurso repetitivo - tema: 934].

5. Para a valoração negativa dos antecedentes, igualmente para o reconhecimento da reincidência, a condenação por crime anterior deve respeitar o período depurador, ou seja, entre a data do cumprimento da pena e a da infração posterior não pode ter decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.

6. Improcedente o pedido de compensação plena entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência quando o réu for multireincidente. Precedentes.

7. Recurso conhecido e parcialmente provido."

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta a violação dos arts. 59 e 67, ambos do Código Penal, e 386, inciso III, do Código de Processo Penal, ao argumento de que o v. acórdão recorrido deixou de reconhecer a aplicação do princípio da insignificância, a despeito do irrisório valor do bem subtraído (R\$ 239,70).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 400-409), o recurso foi admitido na origem e os autos encaminhados a esta Corte Superior.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **desprovemento** do recurso especial (fls. 423-432).

É o relatório.

Decido.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado como incurso nas reprimendas do art. 155, **caput**, do Código Penal à pena de 1 (um) ano e 5 (cinco) meses de reclusão, em regime semiaberto, por ser reincidente, e ao pagamento de 13 (treze) dias-multa (fls. 276-280).

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo da defesa (fls. 343-367).

A questão a ser analisada cinge-se a aplicação do princípio da

insignificância no caso. O eg. Tribunal de origem **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 352-357):

"Fixadas essas balizas, passo a análise do pleito absolutório, o qual se sustenta na incidência, ao caso, do princípio da insignificância ou bagatela.

Atipicidade material - Princípio da Insignificância.

Ao apresentar as razões recursais, a Defesa Técnica do apelante, insiste na tese da atipicidade material da conduta praticada pelo recorrente.

Conforme registrado alhures, esse tema foi enfrentado por esta egrégia 3ª Turma Criminal (acórdão nº 996191) ao julgar recurso em sentido estrito interposto pelo MPDFT contra a decisão que rejeitou a denúncia, com espeque no princípio da insignificância (art. 395, III, CPP).

Em síntese, naquela oportunidade, o reconhecimento da bagatela foi afastado por este órgão fracionário sob a seguinte fundamentação:

[..]

No caso em apreço, o acusado subtraiu quatro peças de roupas (bermudas), totalizando o valor de R\$ 239,70 (duzentos e trinta e nove reais e setenta centavos).

O valor econômico dos bens subtraídos, de fato, é baixo, entretanto, considerando as circunstâncias do delito, não é possível reconhecer que seja insignificante.

[...]

No caso, nota-se o alto grau de reprovabilidade da conduta do acusado, não se podendo qualificar como mínima a sua ofensividade, pois, o réu ostenta a condição de reincidente, inclusive, pela prática de crimes de roubos qualificados, em 2002 e 2005 (fls. 35 e 36) e crimes de furtos nos anos de 2004, 2006, 2010 e 2012 (fls. 38, 42, 54 e 59).

É de especial relevância as condenações do apelante, demonstrando que vem reiterando condutas ofensivas ao patrimônio com total desprezo às normas vigentes.

Certo é que o criminoso contumaz, mesmo praticando crimes de pequena monta, não pode ser tratado pelo sistema penal como se tivesse adotado condutas irrelevantes, pois crimes considerados ínfimos, quando analisados isoladamente, mas relevantes, quando em conjunto, seriam transformados pelo infrator em ilícito meio de vida.

[...]

No caso, não obstante a pequena expressividade econômica da lesão provocada, a conduta reveste-se de ofensividade penal e periculosidade social, revelando-se altamente reprovável. Não há dúvida de que a aplicação do princípio da insignificância, pela atipicidade material, não terá o condão de cessara contumácia do acusado na seara criminal.

Com efeito, reconhecer como insignificante a conduta praticada pelo réu seria o mesmo que aquiescer com pequenos furtos e estimular, por via transversa, a prática de crimes patrimoniais.

[...]"

A jurisprudência assente desta Corte Superior é no sentido de que nos casos em que o agente possui comportamento habitualmente voltado à prática criminosa referida circunstância indica reprovabilidade da conduta suficiente ao afastamento da incidência do princípio da insignificância, razão pela qual não se sustenta a alegação defensiva de vulneração do **arts. 59 e 67, ambos do Código Penal, e 386, inciso III, do Código de Processo Penal**, e o pedido de reforma do acórdão recorrido para absolver o recorrente por ausência de tipicidade material da conduta praticada.

Sobre o tema, colaciono os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO. HABITUALIDADE DELITIVA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Quinta Turma reconhece que o princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável diante das circunstâncias concretas do caso, o que não se infere na hipótese em apreço, máxime por se tratar de réu contumaz na prática de crimes contra o patrimônio. Precedentes.

2. Inviabiliza-se o reconhecimento do crime bagatelar, porquanto o crime de furto foi qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância concreta desabonadora, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1137816/MS, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2017, grifei)

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

OFENSA AO ART. 386, III, DO CPP. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. FURTO QUALIFICADO. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. REITERAÇÃO DELITIVA. VALOR DO BEM QUE NÃO É ÍNFILO. ACÓRDÃO RECORRIDO DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 568/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento dos EAREsp nº 221.999/RS, firmou "a orientação no sentido de que a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".

2. Nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento, rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância.

3. Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, não pode ser considerada insignificante a subtração de uma bicicleta, um ventilador e uma faca, avaliados em R\$110,00 (cento e dez reais), correspondente à época dos fatos, 25.12.2015, a mais de 13% do salário mínimo vigente, que perfazia R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), mormente quando constatada a habitualidade delitiva e a prática do crime na sua forma qualificada.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1204004/MS, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 08/03/2018, grifei).

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

P. e I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator